

# Morte de índios aumenta cobrança por proteção

Atentado contra guajajaras no Maranhão gerou reações dentro e fora do país. Governo do estado diz que vai reforçar policiamento nas divisas da reserva; dentro da terra indígena a responsabilidade é do governo federal

MANOEL VENTURA, DANIEL GULLINO E BRUNO GÓES  
opaiss@globo.com.br  
BRASILIA

O segundo atentado contra indígenas da etnia guajajara no Maranhão em menos de 40 dias, registrado anteriormente, gerou reações dentro e fora do país e aumentou a preocupação de estudiosos, ativistas e entidades de direitos humanos com a proteção desses povos. O governo do Maranhão informou que irá reforçar o policiamento nas divisas com as terras indígenas, numa tentativa de monitorar e coibir a entrada de madeireiros e outras atividades ilegais na região.

Dentro da terra demarcada, a responsabilidade de fiscalização é do governo federal. O ministro da Justiça, Sergio Moro, deve decidir

nesta semana se envia a Força Nacional de Segurança Pública para a região. Estudos ouvidos pelo GLOBO criticam o discurso do governo a favor da exploração de recursos naturais em territórios indígenas.

— Há uma escalada absurda da violência. Junta-se a isso uma política de desmonte de proteção de direitos indígenas, que acaba incentivando esse tipo de atitude — diz Camila Loureiro Dias, professora da Unicamp e autora do livro “Os Índios na Constituição”.

## TRÊS MORTOS EM 2019

No sábado, dois indígenas morreram e outros dois foram baleados em um atentado no município de Jenipapo dos Vieiras, a 506 km ao sul de São Luís. Ontem, o governo do Maranhão informou que uma das vítimas balea-



Protesto. Indígenas bloqueiam a BR-226, após assassinatos na rodovia

das está internada em estado grave e o outro poderia receber alta ainda neste domingo. Com as mortes, sobe para três o número de guajajaras assassinados neste ano. Em 1º de novembro, Paulino Guajajara, do grupo de fiscalização “Guardiões da Floresta”, foi morto com um tiro na

Terra Indígena Arariboia.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos condenou os assassinatos e cobrou respostas urgentes das autoridades brasileiras: “A CIDH solicita ao Brasil que investigue esses fatos com rapidez e diligência e reitere a recomendação para

tratar das causas estruturais relacionadas à luta pela terra e fortalecer os mecanismos de proteção a lideranças”.

Adriana Ramos, secretária-executiva do Instituto Socioambiental (ISA), afirma que o quadro “reflete o descaso” do governo federal:

— É fundamental que o governo do estado e o governo federal coloquem suas forças de segurança no território e façam intervenção urgente para garantir a proteção dessas terras.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) repudiou o atentado e lembrou que, na última segunda-feira, o indígena Humberto Peixoto, do povo Tuiuca, do Amazonas, foi espancado. Ele morreu no sábado, vítima das agressões.

A ativista sueca Greta Thunberg, um dos principais

nomes contra os efeitos das mudanças climáticas, afirmou que os povos indígenas estão sendo assassinados “por proteger a floresta do desmatamento ilegal”. “É vergonhoso que o mundo permaneça calado sobre isso”, publicou em uma rede social.

O coordenador da Funai em Imperatriz (MA), Guaraci Mendes, suspeita que assaltos na BR-226 por não-indígenas podem ter motivado os ataques.

— Pessoas mal intencionadas se aproveitam da má preservação da BR dentro do território (indígena) para cometer ilícitos. Aproveitam também a falta de policiamento. Então isso (assaltos) acaba se associando à imagem dos indígenas, e por conta disso eles (índios) vinham recebendo ameaças — disse Guaraci Mendes ao G1.

## CONTEXTO

### Escalada de violência atinge terras indígenas

Em 2018, 135 indígenas foram mortos no país, segundo o Relatório Violência Contra os Povos Indígenas

no Brasil, divulgado em setembro pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). O número repre-

sentou alta de quase 23% frente a 2017, quando 110 casos foram registrados. Roraima e Mato Grosso do Sul lideraram o ranking, com 62 e 38 assassinatos.

As tentativas de homicídio fizeram 53 vítimas em 22 ocorrências em oito estados. No Mato Grosso do Sul, houve oito ocorrências; no Paraná, seis. No Acre e Amazonas, duas em cada

estado. Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Ceará e Maranhão registraram uma tentativa. Dessas, oito ocorreram por armas brancas e nove por armas de fogo.

O estudo do Cimi ressalta o risco para os povos indígenas com o substancial aumento de grilagem, roubo de madeira, garimpo, invasões e até mesmo da implantação de loteamentos em territórios

tradicionais. Em 2018, foram registrados 109 casos de “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio”, enquanto em 2017 houve registro de 96 casos.

Nos nove primeiros meses de 2019, dados parciais e preliminares do Cimi contabilizam, até o lançamento do relatório, 160 casos desse mesmo tipo — marca 46,7%

acima da anterior. Segundo Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, secretário-executivo do Cimi, a apropriação das terras indígenas se tornou ainda mais agressiva de uns anos para cá.

— Os invasores entravam nas terras e roubavam a madeira, os minérios, a biodiversidade. Agora, querem a posse — disse ele, na divulgação do relatório.